

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.337 - RS (2019/0358394-4)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : **WILIAM DORNELES PINTO PITANI (PRESO)**
ADVOGADOS : **RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676**
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por WILIAM DORNELES PINTO PITANI – preso em flagrante em 22/2/2019, sendo a custódia convertida em prisão preventiva, pela suposta prática dos delitos tipificados no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 e no art. 12 da Lei n. 10.826/2003 – contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (HC n. 0212314-23.2019.8.21.70000), que denegou a ordem, por maioria, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 194):

PRISÃO PROVISÓRIA. MOTIVAÇÃO. ORDEM PÚBLICA. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA. A garantia da ordem pública tem como escopo a prevenção de reprodução de fatos criminosos. Ou porque o agente é propenso às práticas delituosas ou porque, em liberdade, ele encontrará os mesmos estímulos relacionados com a infração cometida. A cautela, ainda, está ligada às perturbações que a sociedade venha a ter com o agente solto, sentindo ela (sociedade) desprovida de garantias para a sua tranquilidade. É o que ocorre no caso dos autos, como se vê pela certidão de antecedentes do paciente: neste ano de 2019 ele foi condenado por crime da mesma espécie, tráfico de entorpecente. Ou seja, repetindo-se, ou o paciente é propenso às práticas criminosas ou, em liberdade, encontrará os mesmos estímulos relacionados com a infração cometida. Habeas corpus denegado, por maioria.

Nas razões do presente recurso, a Defensoria Pública estadual alega, em síntese, que não estão presentes os requisitos legais autorizadores da prisão preventiva no caso em tela, mormente porque o recorrente apresenta condições pessoais favoráveis, sendo suficientes e adequadas à hipótese outras

medidas cautelares diversas da prisão (e-STJ fls. 218/225).

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com aplicação de medidas cautelares alternativas.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

Verifica-se que os crimes supostamente praticados pelo recorrente têm pena máxima cominada em abstrato superior a 4 anos, perfazendo, assim, o requisito previsto no artigo 313, I, do CPP. Em relação à existência dos requisitos previstos no artigo 312, do mesmo Código de ritos, ao menos em análise perfunctória, tal questão foi devidamente fundamentada, não se verificando a existência de ilegalidade evidente, a qual ensejaria a concessão da liminar.

Isso porque, conforme narraram as instâncias ordinárias, não obstante a pequena quantidade de drogas apreendidas (3,5 g de crack e 0,8 g de maconha), extrai-se da certidão de antecedentes criminais do recorrente que ele ostenta condenação em primeiro grau pelo delito de tráfico de drogas, além de já ter respondido a outros processos pelos delitos de receptação e lesões corporais leves.

Frise-se, ainda, que o recorrente foi flagrado, no interior de sua residência, na posse de munições calibre 32, além da posse das drogas, por suspeita de que estaria ocultando indivíduo foragido do sistema prisional, tudo em ambiente no qual convivia com um adolescente de 14 anos de idade.

Com efeito, *a preservação da ordem pública justifica a*

*imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, **inquéritos ou mesmo ações penais em curso**, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade* (HC n. 499.270/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 23/4/2019, DJe 3/5/2019).

Sendo assim, a princípio, faz-se necessária a medida extrema para garantia da ordem pública, sendo insuficiente, ao que parece, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Vale ressaltar que eventuais condições subjetivas favoráveis, tais como residência fixa e ocupação lícita, não obstam a segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do recurso em *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal estadual e ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator